

EIXO SÉ-AROUCHE: PROJETO URBANO E LEITURA DO TERRITÓRIO

SÉ-AROUCHE AXIS: URBAN PROJECT AND TERRITORY READING

A. Andre Soares Haidar

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil

as.haidar@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem a pretensão de analisar um dos projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo para requalificação da região central da cidade. As propostas desenvolvidas em finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, durante a administração de Luiza Erundina (1989-1992), buscaram trazer abordagens mais localizadas no território, numa tentativa de alavancar as mudanças necessárias para toda a região, trazendo conceitos de patrimônio, memória coletiva e paisagem urbana. Tento demonstrar neste artigo a relevância desse projeto ao expor seu processo de desenvolvimento, através de extenso estudo histórico da área, se aproveitando, também, de estudos elaborados em gestões anteriores. Estes aspectos fazem com que o Eixo Sé-Arouche seja um projeto conectado com as reais necessidades de intervenção que existiam na região central naquele momento. Busco expor o que foi realizado realmente da proposta, além dos impactos desta em ações de futuras gestões municipais.

Palavras-chave: *Eixo, linearidade, projeto urbano, revitalização.*

Linha de Investigação: 1. Cidade e projeto

Tópico: 2. Projeto urbano e espaço público

ABSTRACT

This article intends to analyze one of the projects developed by the Municipality of São Paulo to requalify the central region of the city. The proposals developed in the late 1980s and early 1990s, during the administration of Luiza Erundina (1989-1992), sought to bring more localized approaches in the territory, in an attempt to leverage the necessary changes for the whole region, bringing concepts of heritage, collective memory and urban landscape. I try to demonstrate in this article the relevance of this project by exposing its development process, through an extensive historical study of the area, also taking advantage of studies carried out by previous administrations. These aspects make the Sé-Arouche Axis a project connected with the real intervention needs that existed in the central region at that time. I seek to expose what was accomplished in the proposal, in addition to its impacts on following municipal management actions.

Keywords: Axis, linearity, urban project, revitalization

Research line: 1. City and project

Topic: 2. Urban design and public space

Introdução

A região central de São Paulo sempre possuiu a característica de reunir as atividades comerciais na metrópole. No começo do século XX aglutinava as funções de consumo e de negócios das elites. Usos complementares se ocuparam de espaços contíguos, criando percursos para os frequentadores da área que buscavam realizar diferentes atividades como negócios, compras ou lazer. Em busca de novos espaços, as atividades comerciais migraram do centro velho para o novo, em especial para as ruas Barão de Itapetininga e Marconi, restaurantes e lojas de luxo se estabeleceram na continuação da Praça da República até o Largo do Arouche, desenvolvendo uma linearidade até este último. Contudo, com o passar do tempo, notadamente a partir dos anos de 1960, e com o surgimento de novas demandas e novos personagens habitando o centro, o comércio foi migrando para outras regiões da cidade, ocasionando uma substituição dos usos do solo e esvaziamento populacional.

O primeiro projeto desenvolvido pela administração municipal com foco em tentar reverter o quadro acelerado de degradação da área central, também com a intenção de empreender um ordenamento dos fluxos, ocorreu durante o governo do prefeito Miguel Colasuonno. Porém, a primeira gestão que empreendeu obras para a requalificação do Centro foi a seguinte, de Olavo Setúbal, acarretando na implantação dos calçadões para pedestres em ruas dos dois lados do Vale do Anhangabaú. Entretanto, incapaz de gerar as melhorias que pretendia foi, na verdade, responsável por agravar os processos de esvaziamento presentes. Somente na gestão da prefeita Luiza Erundina é elaborada uma nova tentativa de intervenção no espaço urbano central. Inicia-se uma leitura do território que identifica o eixo de deslocamento entre a Praça da Sé e o Largo do Arouche, apresentando alto potencial simbólico ao abarcar a conexão entre o centro velho e novo, já presente dès do início do século XX, mas agora resgatado. O mote da proposta era a recuperação do chamado “centro tradicional e popular”, buscando-se assegurar melhoramentos nas condições ambientais e culturais. É necessário compreender esta iniciativa num contexto mais amplo de intervenções da municipalidade em itens como o patrimônio edificado, os espaços públicos, os calçadões e operações voltadas aos cortiços e habitação popular. A inovação do projeto foi a parceria entre a prefeitura e a iniciativa particular, sendo esta união vista como a única via para efetivamente se intervir no Centro. Todo o projeto teve uma atuação integrada entre a administração municipal e associações comerciais, empresas, moradores e possíveis patrocinadores.

Outro aspecto que deve ser analisado relativo ao projeto Sé-Arouche é sua oposição aos preceitos de renovação urbana, presentes nas correntes modernistas de intervenção no território. Propõem, em contrapartida, conceitos de revalorização buscando em sua concepção a descoberta de uma identidade local atrelada a leituras de paisagem e patrimônio edificado. O arquiteto Décio Amadio em sua dissertação de mestrado afirma que “a principal orientação era a de redescobrir no contexto urbano, os elementos significativos que foram deturpados ou se encontravam ocultos”, demonstrando um dos pontos fundamentais que nortearam todo o programa, a intenção de reordenamento da região. Uma legislação específica sobre a publicidade em fachadas foi desenvolvida, limitando a colocação de elementos que descaracterizassem os edifícios, combatendo, assim, o que o plano chamou de “poluição visual”. As vias que compõe a região foram alvos de intervenções de padronização do mobiliário urbano e de manutenção, principalmente com a compra de novo equipamento para limpeza e coleta de lixo.

A intenção da administração municipal era fazer aflorar novamente a noção do Centro como uma referência simbólica no contexto de São Paulo, trazendo mecanismos para o restauro do patrimônio edificado, do conjunto artístico presente ao longo do eixo e dos espaços públicos, almejando ressaltar o caráter de

ocupação pública e desenvolvendo a potencialidade de atração turística, contrastando com as novas centralidades econômicas da Av. Paulista e da Av. Brigadeiro Faria Lima.

A implantação do projeto foi gradual, havendo um esforço de dividir o eixo em diferentes parcelas de intervenção, iniciando-se pela Rua do Arouche e Av. Vieira de Carvalho com a realização de um novo projeto paisagístico e regulamentação de anúncios. Posteriormente empreenderam-se as mudanças no largo do Arouche, com remoção de propagandas e projeto de revalorização do conjunto edificado; da Praça da República, com adequação dos pontos de ônibus e taxis; da região do centro velho, com projetos de segurança contra incêndios, retirada de anúncios e nova iluminação; da Rua Barão de Itapetininga, com mais uma vez a readequação dos anúncios.

Este artigo, portanto, tem a intenção de analisar as propostas desenvolvidas por este plano, traçando-se um paralelo com as ações implementadas. Para tal análise, pretende-se consultar as bases de documentação municipal e arquivos jornalísticos, com a intenção de cruzar informações complementares sobre as proposições da prefeitura e suas repercussões na sociedade, assim como realizar visitas in loco para levantar, após o teste de mais de 20 anos, impactos que foram gerados ou ainda podem ser percebidos ao longo do eixo. Dessa maneira, apresentar como resultado os pontos de sucesso, acreditando-se que existam alguns, e os pontos que poderiam ser alvo de futuras discussões para melhorar as propostas que tocam questões da centralidade de São Paulo.

1. O Centro de São Paulo

O Centro de São Paulo representava o local de frequência das elites, funcionando até os anos de 1960 como “polo aglutinador cultural” (FRÚGOLI JR, 2000. Pg. 55). Neste sentido, devido à importância do Centro como centralidade econômica, além de administrativa, esta região sempre foi responsável por atrair todas as classes representantes da sociedade paulistana. Entretanto, a partir de 1930 se inicia a chegada de um novo grupo que iria marcar presença nos espaços públicos centrais – se acentuava a migração de nordestinos à São Paulo (FRÚGOLI JR, 2000. Pg. 28).

Devido a questões econômicas, como a possibilidade de aquisição de terrenos mais baratos, a especulação imobiliária inicia forte investimento em outros setores da cidade, seguindo um vetor caracterizado pelas zonas Sul e Oeste de São Paulo:

“Até os anos 60 [...] São Paulo contaria efetivamente com um único centro metropolitano, dividido então entre o “Centro Tradicional” (da Praça da Sé à Praça do Patriarca, com eixo na Rua Direita) e o “Centro Novo” (da Praça Ramos de Azevedo à Praça da República, com eixo na Rua Barão de Itapetininga), com maior concentração de empresas neste último (cf. Cordeiro, 1980, pg 60). Ambas as áreas corresponderiam, respectivamente, ao desenvolvimento paulistano durante a primeira fase da industrialização, no período 1910-40, e à fase da industrialização da Segunda Guerra, em 1940-60 [...]. Só durante o assim chamado “milagre brasileiro” (1968-1973) teria início a formação de um novo e poderoso subcentro em torno da Avenida Paulista.” (FRÚGOLI JR. 2000. Pg. 58)

A migração do investimento imobiliário e, conseqüentemente de usos (comércio e empresas) que buscavam esses novos locais para se realocar, principiou um ciclo de substituição funcional na área central. Na mesma

parcela em que o comércio voltado para as classes de renda mais abastadas se deslocava primeiro para a Rua Augusta, e posteriormente para o bairro dos Jardins, as ruas do Centro viam surgir um comércio de varejo voltado para as classes mais populares que, cada vez em maior medida, se faziam presentes na região.

"Por isso, enquanto a cidade expandia suas fronteiras de forma desordenada, boa parte do centro da cidade foi passando por um rápido processo de diversificação de funções, sofrendo uma gradativa deterioração urbana, com estagnações no ritmo de novas edificações, queda no seu uso habitacional com o afastamento de parte de sua população para outros bairros, encortiçamento, proliferação do pequeno comércio informal, aumento da violência urbana (delinquência, assaltos, etc.), prostituição, miséria, etc." (FRÚGOLI JR. 1995. Pg. 29).

Juntamente com a expansão da malha urbana e a migração da Centralidade econômica para locais mais afastados do Centro, as administrações municipais desviaram o foco dos investimentos para estas novas áreas de "fronteira", provendo as infraestruturas necessárias para o desenvolvimento, por parte da iniciativa privada, de novos empreendimentos nessas regiões. A região central perdeu a primazia do investimento municipal, apenas exacerbando os processos de degradação em curso. Desta maneira se consolidaram os processos que refletem até os dias atuais nas tentativas de requalificação desenvolvidas por diferentes gestões municipais.

2. A gestão Luiza Erundina (1989-1992) e o Eixo Sé-Arouche

A administração do prefeito Miguel Colasuonno iniciou um processo de análise e de geração de propostas considerando o Centro um território consolidado, devendo ser alvo de intervenções de requalificação e não de redesenho, como feito por diversas administrações até os anos de 1940. Durante sua gestão surgiu o projeto Ruas de Pedestres (1974), trazendo nele as questões que já existiam à época quanto ao congestionamento de toda a área central por automóveis e buscando solucionar as questões de saúde que tal congestionamento acarretava. Foi proposto de maneira pioneira o fechamento de uma grande parte do Centro (Velho e Novo) para o acesso de veículos motorizados, além de buscar requalificar o ambiente através do desenho dos novos calçadões, novo mobiliário urbano e limpeza das fachadas (remoção de publicidade excessiva), conceitos que se manteriam presentes em propostas de futuras gestões. Foi, também o primeiro projeto a fazer uma leitura do território conectando as regiões da Praça da Sé e Praça da República como um grande eixo de usos e fluxos (Fig. 01).

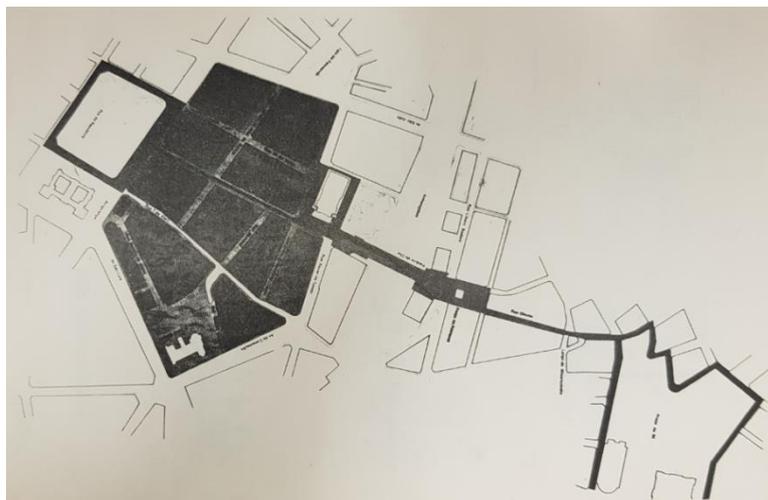


Fig. 01 Eixo Sé-República e demais quadras de intervenção no Centro Novo. Fonte: PR-064 – Ruas De Pedestres. Arquivo Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU (1974).

Contudo, apenas durante o governo do prefeito Olavo Setúbal houve a implantação do primeiro projeto desenvolvido pela administração municipal com foco em tentar reverter o quadro acelerado de degradação da área central, também com a intenção de empreender um ordenamento dos fluxos, acarretando na implantação dos calçadões para pedestres em ruas dos dois lados do Vale do Anhangabaú. Entretanto, incapaz de gerar as melhorias que pretendia foi, na verdade, responsável por agravar os processos presentes de esvaziamento.

Somente na gestão da prefeita Luiza Erundina é elaborada uma nova tentativa de intervenção no espaço urbano central. Inicia-se uma leitura do território que identifica o eixo de deslocamento entre a Praça da Sé e o Largo do Arouche, apresentando alto potencial simbólico ao abarcar a conexão entre o centro velho e novo, já presente desde o início do século XX, mas agora resgatado. Também existia um caráter pragmático de se favorecer a concentração de recursos das entidades municipais para a elaboração do projeto através da delimitação de uma área de atuação “piloto” (SÃO PAULO [Município], 1992. Pg. 06).

Fato relevante de se analisar é que o plano “Ruas de Pedestres”, da gestão Colasuonno, fez uma leitura de eixo conectando a Praça da Sé até a Praça da República, contudo, na gestão Erundina, o território é analisado de maneira mais completa. Percebe-se que a complementariedade dos espaços centrais não se finda na República, mas, devido à própria formação histórica do bairro com o loteamento e abertura dos espaços públicos no segundo quartel do século XIX, se prolonga até o Largo do Arouche, para onde se estendeu a esfera de atuação do atual plano. Decio Amadio ao estudar o projeto, afirma que a primeira proposta do Eixo também findava no Anhangabaú, sendo apelidado de “Eixo Praça da Sé – Praça Ramos de Azevedo”, porém, encontrou uma razão de caráter mais pragmático para a extensão deste:

“[...] a área inicialmente delimitada, o eixo Praça da Sé - Praça Ramos de Azevedo, foi expandida devido à existência de associações de Comerciantes locais da região do Largo do Arouche, interessadas na proposta de revitalização proposta pelo projeto. Essa área, compreendida pelo próprio Largo, Rua do Arouche e Avenida Vieira de Carvalho, com grande potencial paisagístico e funcional, seria então

incorporada ao eixo que dessa forma passou a reunir espaços com grande carga simbólica do chamado Centro Velho e Centro Novo.” (AMADIO, 1998. Pg. 89)

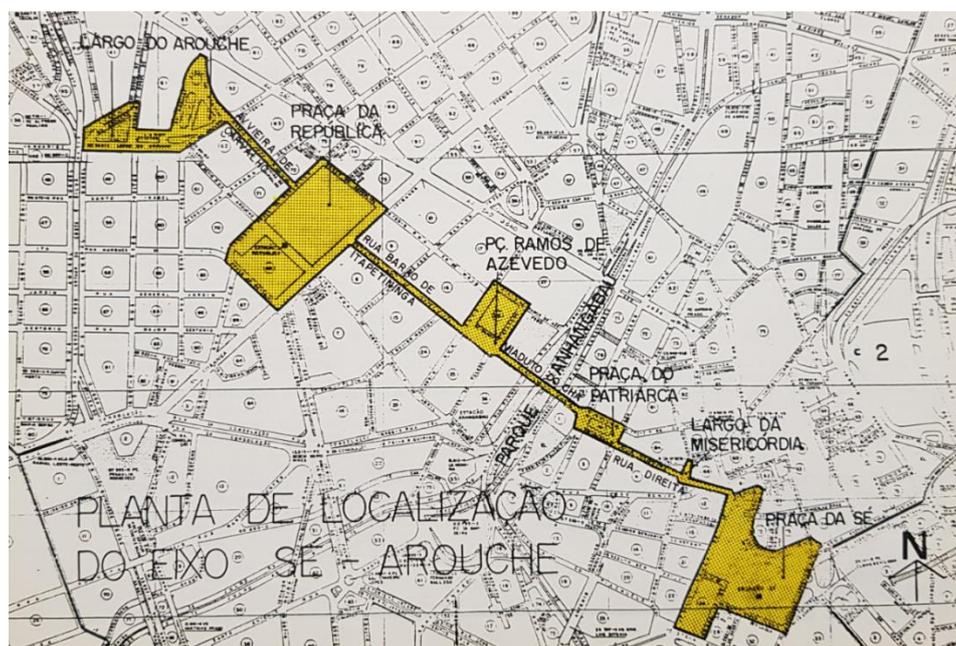


Fig. 02 Planta de localização do Eixo Sé-Arouche. Fonte: Centro de Documentação Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU (1992).

O mote da proposta era a recuperação do chamado “centro tradicional e popular”, buscando-se assegurar melhoramentos nas condições ambientais e culturais. É necessário compreender esta iniciativa num contexto mais amplo de intervenções da municipalidade em itens como o patrimônio edificado, os espaços públicos, os calçadões e operações voltadas aos cortiços e habitação popular. A inovação do projeto foi a parceria entre a prefeitura e a iniciativa particular, visto que esta começava a se organizar para reivindicar suas demandas, sendo esta união vista como a única via para efetivamente se intervir no Centro, almejando, como afirmava o plano, “a recuperação da qualidade de vida e das condições para o exercício da cidadania” (SÃO PAULO [Município], 1990. Pg. 02).

Como apresentado, na mesma medida em que o poder público se debruçava sobre o território, a iniciativa privada se organizava em associações, uma em especial foi fundada para representar os interesses dos proprietários, empresários e usuários da região, a Associação Viva o Centro, com sua coordenação exercida pelo Banco de Boston. “A Associação em pouco tempo consegue congrega cerca de 50 representantes de importantes instituições sediadas no centro da cidade, empenhados em promover a revalorização patrimonial e a melhoria da qualidade de vida na região” (SIMÕES JR, 1994. Pg. 57).

A realização de estudos de diagnóstico passa a ser contratada como forma de fundamentar futuras propostas para a administração municipal. Através do emprego dos serviços da firma de consultoria Adviser Consultores almejava-se traçar um panorama dos “estoques construídos” mantidos nas áreas centrais. Para Regina Meyer, este estudo em específico “tem o objetivo de entender a profundidade e a extensão dos

problemas que comprometem o valor imobiliário da Área Central, [...] encontrar as propostas adequadas capazes de deter o processo de desvalorização e mesmo reverter o quadro negativo” (ADVISER CONSULTORES LTDA, 1992. Pg. 03). O resultado encontrado é fruto do que constatou como a mudança da centralidade para outras regiões de São Paulo, seguindo o “vetor sudoeste” e a busca pelo mercado imobiliário de terrenos mais baratos para empreender, atrelado a restrições na acessibilidade da zona, decorrendo no abandono e ociosidade de espaços construídos no centro. Tal fato torna-se evidente na imagem XX, uma tabela comparativa desenvolvida pela Adviser (Fig. 03) entre os valores do metro quadrado construído em diferentes regiões de centralidades.

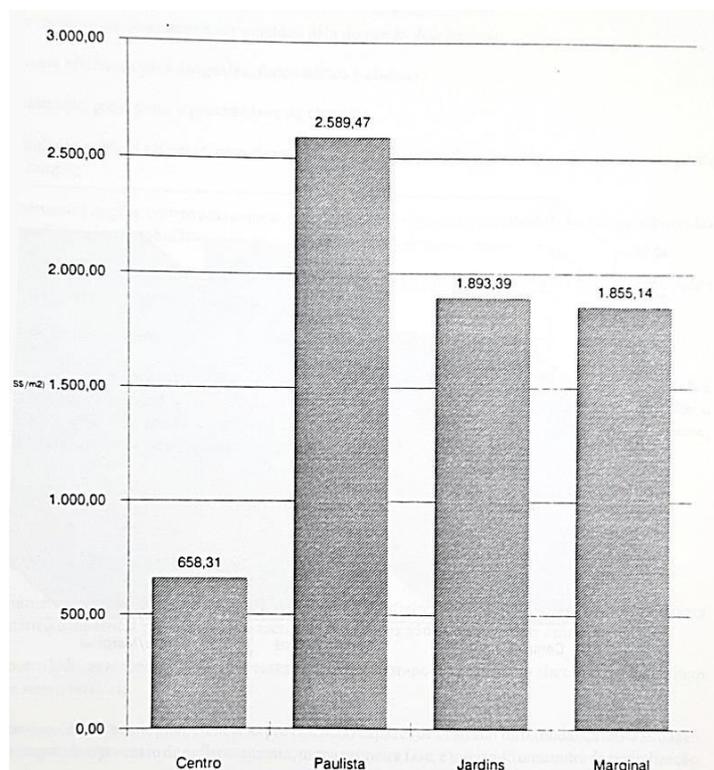


Fig. 03 Valor médio do m² de escritórios em 1992. Fonte: ADVISER CONSULTORES LTDA (1992).

Portanto, a partir desse diagnóstico a Associação Viva o Centro elaborou uma série de recomendações que pautariam sua futura atuação. Simões Jr compila os principais pontos:

- a) adoção de um sistema de transporte e de tráfego que possibilite acessos fáceis a usuários, cliente, funcionários, dirigentes, fornecedores etc., privilegiando também o acesso de pessoas em veículos particulares;
- b) legislação que incentive o adensamento e favoreça a instalação de estacionamentos verticais e subterrâneos, de caráter rotativo;
- c) recuperação de edifícios, restaurando as fachadas daqueles de valor histórico e modernizando-os internamente de maneira a atender às exigências atuais do mercado imobiliário;
- d) equilíbrio entre vias destinadas a pedestres e veículos;

- e) medias visando à segurança dos usuários do centro e melhorias nos serviços de manutenção urbana;
- f) promoção de eventos culturais;
- g) diminuição do tráfego de pedestres que passam pelo centro apenas como baldeação de uma condução para outra.” (SIMÕES JR. 1994. Pg. 59).

Apesar da maior interação entre a Associação Viva o Centro e a Prefeitura Municipal de São Paulo se dar na administração seguinte, de Paulo Maluf, algumas proposições já reverberaram nas políticas gerais tomadas em relação ao centro, em especial no tocante à grande quantidade de imóveis vazios e de potencial construtivo não aproveitado, assim como na conscientização da necessidade de intervenção em bens patrimoniais que se encontravam em mau estado de conservação.

Alguns reflexos das recomendações da Viva o Centro podem ser vislumbrados nos diagnósticos feitos pela equipe responsável pela elaboração do programa do Eixo, estabelecendo as seguintes causas como principais fatores para deterioração ambiental e física da paisagem da área central:

- Inadequação da localização de terminais de terminais de ônibus em praças, que passam a sofrer impacto direto desse uso. Como soluções improvisadas, geram desconforto aos usuários.
- Acúmulo de elementos publicitários nas fachadas de estabelecimentos comerciais, que provocam intensa poluição visual, recobrando até edifícios representativos da história e da arquitetura da cidade.
- Inadequação do mobiliário e equipamentos urbanos (bancas, lixeiras, orelhões, postes etc.) que comprometem a circulação, as perspectivas, os padrões urbanísticos, a segurança dos pedestres e produzem espaços fragmentados.
- Incompatibilidade entre os padrões paisagísticos das praças e sua utilização mais adequada.
- Baixos padrões de manutenção urbana, que contribuem para a degradação ambiental.” (SMDU, 1992. Pg. 12)

Na tentativa de se intervir nas dinâmicas do mercado imobiliário, assim como gerar fonte de renda para as demais intervenções na área, nasceu em 1991 a Operação Urbana Anhangabaú (lei nº 11.090 / 1991). Através dela foi criado um “estoque” de 150.000 m² passíveis de utilização, por meio do reaproveitamento de terrenos disponíveis na região (ADVISER CONSULTORES LTDA, 1992. Pg. 25). Assim sendo, o propósito da Operação Urbana foi fundamentalmente ofertar um estoque de área edificável; efetuar a regularização de edificações realizadas em desacordo com a legislação vigente; possibilitar a transferência de potencial construtivo de prédios históricos para outras áreas da cidade e gerir a reorganização do espaço e aumento da área de pedestres.

Outro aspecto que deve ser analisado relativo ao projeto Sé-Arouche é sua oposição aos preceitos de renovação urbana, presentes nas correntes modernistas de intervenção no território. Propõem, em contrapartida, conceitos de revalorização buscando em sua concepção a descoberta de uma identidade local atrelada a leituras de paisagem e patrimônio edificado. O arquiteto Décio Amadio, em sua dissertação de mestrado, afirma que *“a principal orientação era a de redescobrir no contexto urbano, os elementos significativos que foram deturpados ou se encontravam ocultos”*, demonstrando um dos pontos fundamentais que nortearam todo o programa, a intenção de reordenamento da região. Trazendo um enfoque diferenciado

quanto à abordagem em relação ao espaço construído da cidade, afastando preceitos ligados a grandes remodelações físicas do território, esta proposta fomenta abordagens conectadas às *“correntes críticas ao modernismo e sua tradição da “big architecture”, isto é, a transformação radical dos espaços através da renovação urbana”* (AMADIO, 1998. Pg. 118).

Uma legislação específica sobre a publicidade em fachadas foi desenvolvida, limitando a colocação de elementos que descaracterizassem os edifícios, combatendo, assim, o que o plano chamou de “poluição visual”. As vias que compõe a região foram alvos de intervenções de padronização do mobiliário urbano e de manutenção, principalmente com a compra de novo equipamento para limpeza e coleta de lixo. Novamente nas palavras de Décio Amadio *“a abordagem proposta no Projeto Sé-Arouche esteve relacionada, como objetivo mais amplo a ser alcançado, à criação de uma cultura a respeito da revalorização do Centro.”* (AMADIO, 1998)

A primeira legislação municipal desenvolvida com fins de reger a implantação de publicidades em fachadas foi o Decreto 15.364/78, porém foi avaliado que na área central era quase inexistente a sua aplicação. Em 1989 foi feito levantamento dos anúncios ao longo da Rua Direita, verificando-se que das 127 publicidades presentes, apenas duas estavam em conformidade com os regimentos do decreto vigente. Perante esta situação de descontrole por parte dos estabelecimentos, aliada a uma negligência e desinteresse por parte das administrações anteriores em fiscalizar a implantação da lei, foi concebida uma nova empreitada para ordenar a paisagem urbana.

Amadio afirma que, ao se levar em consideração as diferenças existentes entre os variados setores do Eixo, apresentando variações funcionais e morfológicas, cada segmento foi alvo de discussões individuais. A Prefeitura inicialmente apresentava propostas técnicas para organizações e associações de usuários, fomentando debate e incorporando nas concepções iniciais as sugestões do público. Apenas após tais definições colaborativas, os padrões estabelecidos para publicidades e para elementos de “proteção” (como marquises e toldos), eram *“transformados em legislação específica, de modo a ser estabelecido o controle sobre a utilização dos mesmos”* (AMADIO, 1998. Pg. 90).

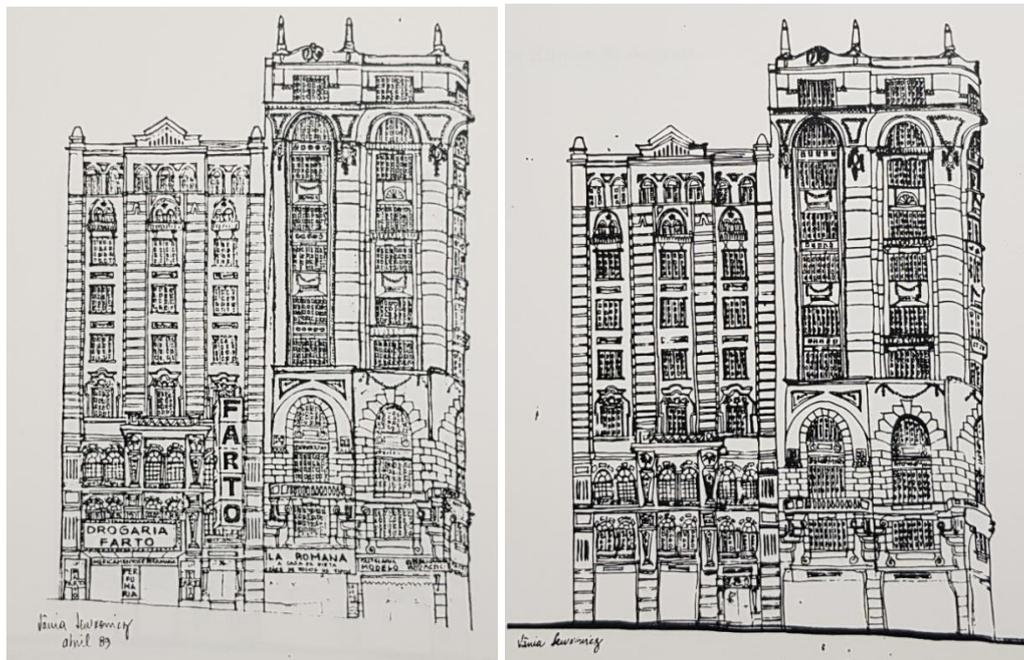


Fig. 04 Conjunto de imagens com proposta de regulamentação de publicidade e resgate das fachadas dos edifícios – Rua de São Bento - 1990. Fonte: Eixo Sé-Arouche: Programa Piloto de Ordenação da Paisagem da Área Central Arquivo Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU (1992).



Fig. 05 Conjunto de imagens com proposta de regulamentação de publicidade e resgate das fachadas dos edifícios – Praça Ramos de Azevedo - 1990. Fonte: Eixo Sé-Arouche: Programa Piloto de Ordenação da Paisagem da Área Central Arquivo Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU (1992).

A administração municipal buscava fazer aflorar novamente a noção do centro como uma referência simbólica no contexto de São Paulo, trazendo mecanismos para o restauro do patrimônio edificado, do conjunto artístico presente ao longo do eixo e dos espaços públicos, almejando ressaltar o caráter de ocupação pública e desenvolvendo a potencialidade de atração turística, contrastando com as novas centralidades econômicas da Av. Paulista e da Av. Brigadeiro Faria Lima.

Ermínia Maricato, atuando como secretária da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo na gestão Luiza Erundina, enfatiza que o Programa Piloto Eixo Sé-Arouche não foi um elemento isolado, descolado de uma visão global de gestão urbana, mas sim parte de um plano integrado que buscou requalificar a zona central (MARICATO, 1992. Pg. 06). Em 1992 foi publicada uma cartilha com compilação de informações sobre o Eixo, com ênfase nas etapas implantadas e legislações criadas, neste sentido Maricato expõe o panorama da atuação municipal no Centro:

“O Projeto eixo Sé-Arouche foi uma das inúmeras ações que a prefeitura realizou entre 1989 a 1992, visando a reabilitação do velho centro de São Paulo. Além da finalização da reurbanização do Vale do Anhangabaú e da reforma do Teatro Municipal, foram executados: O Boulevard São João, a reforma da Biblioteca Mário de Andrade, a recuperação estrutural de viadutos, o redimensionamento da limpeza pública, com a aquisição de equipamentos modernos, a reforma da rede de iluminação pública, o início de um programa habitacional na área de cortiços, entre outros. O código visual e o projeto de lei dos Espaços Públicos, elaborados pela Sehab nesse período, também contribuem nesse sentido. A mudança da sede do governo municipal para o Palácio das Indústrias complementou o processo de reabilitação do centro histórico de São Paulo para toda a população da cidade. Deu passos importantes para reverter a tendência de deslocamento da área central para o eixo sudoeste, impulsionada pela valorização imobiliária.” (SMDU, 1992. Pg. 03)

A implantação do projeto foi gradual, havendo um esforço de se dividir o eixo em diferentes parcelas de intervenção, iniciando-se pela Rua do Arouche e Av. Vieira de Carvalho com a realização de um novo projeto paisagístico e regulamentação de anúncios. Posteriormente empreenderam-se as mudanças no largo do Arouche, com remoção de propagandas e projeto de revalorização do conjunto edificado; da Praça da República, com adequação dos pontos de ônibus e taxis; da região do centro velho, com projetos de segurança contra incêndios, e retirada de anúncios; da Rua Barão de Itapetininga, com mais uma vez a readequação dos anúncios. De maneira generalizada ao longo do Eixo foi substituída a iluminação pública, atendendo a reivindicações por parte de comerciantes e usuários da área. Ademais, foram estabelecidos novos “padrões de manutenção urbana e de limpeza pública, adotando-se a mecanização deste serviço” (SÃO PAULO [Município], 1992. Pg. 16), buscando, assim, garantir melhores condições para a ocupação dos espaços centrais por parte da população. Finalmente, a primazia dada pelo projeto aos espaços públicos, agrupados em suas diferentes esferas de praças, ruas e calçadas, conferiu a estes o “*status de espaço imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manutenção da vida pública*” (ABRAHÃO, 2008. Pg. 16), segundo afirma Sérgio Luís Abrahão, garantindo o acesso à memória, informação, circulação, “além do acesso visual à arquitetura e à estrutura urbana” (ABRAHÃO, 2008. Pg. 16).

3. Conclusões

A atenção das gestões municipais em relação à requalificação do Centro de São Paulo começara a migrar da perspectiva de grandes intervenções de reconstrução do território, típicas do movimento moderno, para atuar sobre uma zona já consolidada a partir dos anos de 1970. A administração de Miguel Colasuonno atuou de maneira pioneira na migração dos objetivos da municipalidade quanto ao Centro, gerando estudos que seriam carregados pelos governos seguintes até ao da prefeita Luiza Erundina. Esse fato é significativo e pode ser detalhado pela análise de Decio Amadio ao afirmar que apesar dos estudos anteriores não terem servido de fonte direta para o Eixo Sé-Arouche, “a existência de muitos pontos comuns entre as propostas,

demonstrou um trajeto das ideias e convergência dos métodos de atuação do urbano, fazendo parte de um consenso sobre as questões presentes na área Central” (AMADIO, 1998. Pg. 118).

A linha de abordagem do Eixo Sé-Arouche estava relacionada à uma intenção mais ampla de desenvolvimento de uma cultura envolvendo o respeito e a revalorização do Centro, aliada a outras intervenções empreendidas simultaneamente em outros locais do centro como o Parque D. Pedro II, Vale do Anhangabaú e Avenida São João. Ademais, foram traçados planos envolvendo aspectos como habitação no Centro (envolvendo a requalificação de cortiços), integrando diversas secretarias e órgãos da administração nas intervenções nessa zona da cidade.

A principal contribuição do programa foi a integração de entidades da sociedade civil na discussão das soluções desenvolvidas pelos órgãos da prefeitura, assim como na avaliação das suas etapas de implantação e, até mesmo, nas alternativas de financiamento das propostas, estabelecendo um patamar conjunto de discussão urbanística. Entidades que antes se demonstravam avessas às mudanças planejadas, perceberam a necessidade de diálogo sobre a área; “os grandes proprietários da área central, os estabelecimentos bancários, juntamente com outros organismos, fundaram a “Associação Viva o Centro”” (AMADIO, 1998. Pg. 119), desenvolvendo um novo papel junto à administração pública de estudos, desenvolvimento de ações concretas e demandas, desempenhando uma coparticipação com o poder público nas empreitadas de requalificação do Centro de São Paulo.

4. REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio Luís (2008). Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: FAPESP: Annablume.
- ADVISER CONSULTORES LTDA (1992). Patrimônio Imobiliário do Centro de São Paulo: análise e perspectivas. Editora Adviser Consultores LTDA. São Paulo.
- AMADIO, Décio (1998). Alguma coisa acontece. Uma investigação sobre o centro de São Paulo. 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FRÚGOLI, Heitor Jr (2000). Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo. Cortez.
- FRÚGOLI, Heitor Jr (1995). São Paulo: Espaços Públicos e Interação Social. São Paulo. Marco Zero.
- MARICATO, Ermínia (1992). in SÃO PAULO (Município) Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano. Eixo Sé-Arouche: Programa Piloto de Ordenação da Paisagem da Área Central. São Paulo. PMSP.
- SÃO PAULO (Município) (1992). Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano. Eixo Sé-Arouche: Programa Piloto de Ordenação da Paisagem da Área Central. São Paulo. PMSP.
- SÃO PAULO (Município) (1990). Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano/ Secretaria Municipal Planejamento. Eixo Sé-Arouche: Programa Piloto de Ordenação da Paisagem da Área Central. São Paulo. PMSP.
- SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo (1994). Revitalização de centro urbanos. Publicação Polis, São Paulo, n. 19.